

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 161

Período: 19/03/05 a 25/03/05

Franca – Brasil

- 1- Armas do Exército são encontradas em carro de capitão
- 2- Coluna opinativa critica postura do general Félix
- 3- Coluna opinativa elogia escolha de matérias de direitos humanos para concurso militar
- 4- Abin divulga nome de responsável pela divulgação de informe sobre relações das Farc com a campanha presidencial de Lula
- 5- Indenizações de perseguidos pelo Regime Militar tiveram erro de cálculo
- 6- Relatório critica ação da Minustah no Haiti
- 7- Forças Armadas atuam na contenção da crise da saúde pública no Rio de Janeiro
- 8- Pesquisa em 23 países indica que 47% querem a presença do Brasil no CS da ONU
- 9- Alencar garante que continuará à frente do Ministério da Defesa
- 10- Haitianos convocam guerrilha contra ONU
- 11- Rumsfeld visita Brasil
- 12- Estado indeniza ex-presos políticos
- 13- Alencar hesita em classificar Farcs como grupo terrorista
- 14- Estados Unidos querem retomar negociações para uso da Base de Alcântara

Armas do Exército são encontradas em carro de capitão

O jornal *O Globo* publicou que o comando do Batalhão de Infantaria Pára-Quedista do Exército está investigando se houve transgressão disciplinar ou crime militar no caso em que foram encontrados e apreendidos, no carro de um capitão da força, dois fuzis e uma pistola, de propriedade do Exército. No momento da apreensão, o carro estava sendo ocupado por três cabos, do citado Batalhão, e mais duas menores. Segundo o Comando Militar do Leste (CML), o capitão explicou que havia emprestado o carro aos cabos. O Exército instaurou sindicância para apurar o caso. (O Globo – Rio – 19/03/05).

Coluna opinativa critica postura do general Félix

Em coluna opinativa publicada pelo jornal *O Globo*, Olavo de Carvalho manifestou seu descontentamento com a postura do general Jorge Armando Félix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, em relação à suposta ligação entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Partido dos Trabalhadores (PT), exposta à opinião pública brasileira por meio de uma reportagem publicada pela revista *Veja*. Segundo a reportagem, o PT recebeu dólares ilegais das Farc para financiar a campanha presidencial de Luíz Inácio Lula da Silva, no ano de 2002. Olavo de Carvalho mostrou-se incomodado pelo fato do general Félix ter considerado a denúncia e os posteriores pedidos de

esclarecimento por parte da Câmara, do Senado e da Justiça Federal um crime contra a segurança da pátria. Para Carvalho, Félix estaria indiretamente impondo que tanto os órgãos federais quanto a mídia e a população brasileira não questionem assuntos que, na opinião do general, dizem respeito somente ao PT, às Farc, a ele próprio e a seus assessores. (O Globo – Opinião – 19/03/05).

Coluna opinativa elogia escolha de matérias de direitos humanos para concurso militar

O colunista Walter Ceneviva, do jornal *Folha de S. Paulo*, elogiou o programa das provas do concurso para o cargo de juiz auditor substituto da Justiça Militar da União, desenvolvido pelo ministro Flavio Flores da Cunha Bierrenbach. O elogio deve-se ao fato do programa incluir direitos humanos e direito internacional humanitário, matérias quase sempre ausentes nos concursos promovidos pelas Forças Armadas. Ceneviva enfatiza que a prática democrática deve conter propostas como esta, que valorizam os valores transcendentais do direito moderno. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/03/05).

Abin divulga nome de responsável pela divulgação de informe sobre relações das Farc com a campanha presidencial de Lula

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) divulgou que o tenente coronel Eduardo Adolfo Dias Ferreira, do Departamento de Inativos e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal, foi o responsável pela divulgação do informe acerca da reunião em que integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) teriam oferecido a doação de cinco milhões de dólares para financiar a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, em 2002. O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o conteúdo de duas entrevistas publicadas na última edição da revista semanal "Veja" sugerem que a investigação da Abin sobre a promessa de contribuição eleitoral das Farc ao Partido dos Trabalhadores (PT) teria produzido mais de duas dezenas de relatórios, em um trabalho que teria se estendido por pelo menos até meados de 2003. Segundo o jornal, o senador Demóstenes Torres, do Partido da Frente Liberal (PFL-Goiás), convocará o coronel Eduardo Adolfo Ferreira e o diretor-adjunto da Abin, José Milton Campana, para prestarem esclarecimentos. Em audiência pública, diante de parlamentares que integram a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, e o diretor da Abin, delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, afirmaram, na última quinta-feira (17), que haveria um único documento relacionado às Farc cujo teor faz referência à promessa de doação de dinheiro. O general Félix disse ter em mãos todos os documentos já produzidos e arquivados pela Abin que estão relacionados com as Farc. O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda, disse que fará um levantamento no órgão, mas acha "improvável" que uma investigação a respeito do caso tenha sido feita. "Se foi feito, foi com autorização judicial para a quebra de sigilo e numa investigação formal. Acho difícil que não tivesse tomado conhecimento", afirmou Lacerda. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/03/05; Folha de S. Paulo – Brasil – 20/03/05).

Indenizações de perseguidos pelo Regime Militar tiveram erro de cálculo

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo* o Ministério da Justiça identificou erros no cálculo do pagamento de indenizações de perseguidos pelo regime militar (1964 – 1985), já aprovadas pela Comissão da Anistia. Advertida pelo ministério, a comissão refez os cálculos e reconheceu as falhas. O jornal informou também que desde a instalação da comissão, em 2001, houve cerca de 60 mil pedidos de indenização, dos quais cerca de 15,9 mil foram julgados e 6.847, aprovados. Cerca de 15 mil não foram nem acolhidos e falta julgar pouco mais de 30 mil. Segundo jornal, os erros foram detectados por um assessor especial do Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, Claudio Demczuk de Alencar. De acordo com ofício da comissão, o erro de cálculo pode ter ocorrido em cerca de 14 processos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/03/05).

Lei da Anistia permitiu volta de 5.000 exilados

O jornal *Folha de S. Paulo* lembrou que a lei da Anistia sancionada em 28 de agosto de 1979 permitiu a volta ao Brasil de cerca de 5.000 exilados políticos, a libertação de presos políticos e a reintegração ao serviço público de pessoas que haviam sido cassadas pelo regime militar (1964-1985). O jornal criticou a anistia por ter absolvido ao mesmo tempo “pessoas consideradas criminosas por contestar a ditadura instaurada em 1964” e “agentes do Estado responsáveis por crimes como tortura e seqüestro de militantes políticos”. A *Folha* afirmou que os presos condenados pela "prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal" foram excluídos da anistia, de acordo com a lei aprovada no Congresso Nacional. Segundo o jornal, a anistia é considerada o resultado do processo de distensão da ditadura, patrocinado pelo próprio regime, devido às crescentes pressões da sociedade civil. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/03/05).

Relatório critica ação da Minustah no Haiti

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* informaram que, segundo relatório divulgado pela Organização Não-Governamental (ONG) Justiça Global e pela Faculdade de Direito da Universidade Harvard (Estados Unidos), a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), comandada pelo general brasileiro Augusto Heleno Pereira e liderada pelas tropas brasileiras, permite a ocorrência de abusos aos direitos humanos, favorece a impunidade e contribui para a onda de violência no país caribenho. Segundo os periódicos, o estudo intitulado "Mantendo a paz no Haiti?" afirma que a Minustah "tem feito pouco para estabilizar o país, proteger a população e impedir violações dos direitos humanos". O estudo conclui ainda que a missão descumpra três pontos básicos do mandato que lhe foi delegado pela Organização das Nações Unidas (ONU): prover e manter a segurança e estabilidade do país; promover a boa governança e o desenvolvimento de processos constitucionais e políticos e proteger os direitos humanos. Com o intuito de avaliar o trabalho da Minustah, dois grupos de observadores estiveram por 14 dias no país caribenho

em outubro de 2004 e janeiro de 2005 realizando mais de cem entrevistas com representantes do atual governo, de grupos armados, da população e da própria Minustah. Professor da Faculdade de Direito de Harvard e um dos autores do relatório, James Cavallaro, afirmou que a instabilidade política e social no Haiti, que persiste desde 2003, não é desculpa para que a Minustah não cumpra as tarefas que lhe foram destinadas pela ONU. De acordo com o relatório, a força de estabilização não só não tem contribuído para acabar com a impunidade no país, como também tem favorecido sua continuidade. Segundo Cavallaro, um dos fatores que teria garantido a continuidade da violência seria a presença de armas nas ruas, tendo em vista que a Minustah tem prestado apoio logístico às forças que de fato estão no poder, pois as forças de paz estariam omitindo-se e não evitando que a polícia local cometa crimes contra os direitos humanos ao invés de realizar um amplo programa de desarmamento. No entanto, o mandato da ONU não permite que os soldados ajam sem permissão do governo haitiano, impossibilitando confrontos com a polícia. Em pelo menos um caso citado por Cavallaro, os soldados brasileiros da força da ONU são acusados de ter abusado da força, atacando um grupo de simpatizantes do presidente deposto Jean-Bertrand Aristide com um tanque e matando um deles. Apesar do lançamento oficial do documento estar marcado para o próximo dia 23 no Brasil, Estados Unidos e Suíça, a divulgação prévia dos resultados do relatório ocorre num momento em que um choque entre as forças da Minustah e os ex-soldados haitianos resultou na morte de dois soldados da força de estabilização, segundo a *Folha*. No entanto, de acordo com o *Jornal do Brasil* somente um soldado teria morrido no confronto, sendo este o primeiro soldado da Minustah a morrer em uma operação desde o início da missão. Os jornais também informaram que não foi possível encontrar o ministro da Defesa José Alencar para comentar o assunto. Da mesma forma, a assessoria do Itamaraty afirmou não ter conhecimento do relatório. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira considerou um absurdo as acusações, afirmando que o relatório não corresponde à realidade. Pereira afirmou ter enviado um documento ao ministro da Defesa, José Alencar, contestando as acusações. No entanto, a assessoria de imprensa de Alencar informou que o ministro ainda não recebeu nem o relatório da ONG nem as argumentações do general e que comentará o episódio nos próximos dias. Em decorrência dos fatos o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, afirmou que enviará uma equipe ao Haiti, para verificar se integrantes da missão de paz, sob comando do Brasil, estão violando os direitos humanos. As críticas abrangem todos os militares que atuam no país, integrantes da polícia civil internacional e uma comissão para defesa dos direitos humanos, por isso, para Miranda quem deverá responder às acusações é o coordenador-geral da missão, Juan Gabriel Valdes, representante da ONU. (Folha de S. Paulo – Mundo – 20/03/05; Folha de S. Paulo – Mundo – 21/03/05; Folha de S. Paulo – Mundo – 25/03/05; Jornal do Brasil – Internacional – 21/03/05; Jornal do Brasil – Internacional – 24/03/05; Jornal do Brasil – Internacional – 25/03/05; O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/03/05; O Globo – O Mundo – 25/03/05).

Forças Armadas atuam na contenção da crise da saúde pública no Rio de Janeiro

Neste dia 21, os jornais Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Globo noticiaram a ação cautelar movida pelo Ministério da Saúde, na 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro, para garantir a instalação do hospital de campanha da Marinha no Campo de Santana, centro da cidade do Rio. A medida foi tomada pelo Ministério da Saúde tendo em vista a nota emitida pela prefeitura do Rio, a qual considerou a utilização do local como um “crime contra a cidade”. A nota da prefeitura alegou que o Campo de Santana é “um patrimônio histórico-cultural” que “conserva sua fauna própria (...) e plantas específicas, que certamente correriam sério risco com esta utilização”. A prefeitura do Rio ofereceu outros seis lugares para a instalação do hospital de campanha da Marinha. No entanto, a posição do Ministério da Saúde foi mantida já que, conforme declarou o interventor federal Sérgio Côrtes ao jornal O Globo, o Campo de Santana é estratégico porque fica em frente ao Hospital Souza Aguiar, um dos principais hospitais da cidade que está sob intervenção federal. O hospital de campanha da Marinha atenderia as consultas ambulatoriais enquanto o Souza Aguiar ficaria disponível somente para as emergências e cirurgias. O impasse foi levado à Justiça Federal, que acabou autorizando a utilização do Campo de Santana, mas ressaltou que a medida está condicionada a um “prévio pronunciamento do Ibama”. Além disso, a disputa judicial entre os governos municipal e federal continuou na questão em que a Justiça Federal concedeu uma liminar determinando que a prefeitura mantenha a Guarda Municipal no Campo de Santana, que seria retirada por determinação do prefeito do Rio, César Maia. Os embates entre o ministro da Saúde, Humberto Costa, e Maia do Partido da Frente Liberal (PFL), tornaram-se freqüentes desde que o governo federal decretou, no último dia 11, estado de calamidade pública no sistema de saúde do município e interviu em seis hospitais do Rio, acusando a prefeitura de má gestão de recursos. Contudo, neste dia 21, começou a funcionar, na sede campestre do Clube da Aeronáutica, o primeiro hospital de campanha, com capacidade para atender cerca de 400 pessoas por dia. No hospital estão funcionando os serviços ambulatoriais nas áreas de ginecologia, clínica médica, ortopedia, pediatria e odontologia, além de pequenas cirurgias. Segundo informou O Globo, a Aeronáutica tem experiência de medicina de campanha desde o início dos anos 80, quando a Força Aérea Brasileira (FAB) prestou socorro às vítimas de um terremoto de grandes proporções no México. Atualmente, hospitais como este costumam ser montados em áreas carentes da Amazônia. Também há um em Belo Horizonte, onde funciona um centro de treinamento para médicos que acabam de ingressar na Força Aérea. Embora as Forças Armadas estejam participando ativamente da intervenção federal no Rio, o Jornal do Brasil noticiou que, no último dia 19, o ministro da Defesa e vice-presidente da República José Alencar recebeu um ofício do deputado federal Jair Bolsonaro do Partido da Frente Liberal (PFL-RJ), representante dos militares na Câmara, no qual o deputado cobrava providências quanto à situação de carência de recursos em quatro hospitais militares do Rio de Janeiro. Segundo o jornal, fontes do Exército garantem que boa parte do contingente especializado em saúde da força foi deslocado para o Pará, um dos fatores que estaria agravando a crise nos hospitais militares. A situação de gravidade só não é mais divulgada devido ao código de conduta militar. O ministro José Alencar prometeu ao deputado tomar

providências. De acordo com O Globo, no primeiro dia de funcionamento, o hospital campestre do Clube da Aeronáutica atendeu 217 pessoas. Como o movimento foi aumentando até o fim da tarde, a Aeronáutica optou por distribuir senhas para facilitar o atendimento. A procura por atendimento acabou surpreendendo todas as expectativas dos militares, com o rápido esgotamento das senhas. Os militares tiveram que fazer agir rápido para acomodar tantas pessoas. Com isso, o major médico Gilberto fez um apelo para que somente os moradores da Zona Oeste e que necessitem de tratamento ambulatorial procurem o hospital de campanha da Aeronáutica. O coordenador Sérgio Côrtes ficou impressionado com a rapidez na montagem do hospital e com a eficiência no atendimento. Jorge Solla, secretário nacional de Atenção à Saúde, afirmou que a boa receptividade da população mostra a necessidade de se investir numa rede básica de saúde para assegurar o atendimento ambulatorial adequado. Segundo o major-médico Gilberto do Amaral Teixeira, comandante do hospital de campanha da Aeronáutica, a maioria dos atendimentos é para pessoas carentes que estavam fora do sistema de saúde, tanto na cidade do Rio de Janeiro como nos municípios vizinhos. Além disso, os problemas de saúde são simples, como a cárie, porém por não receberem assistência adequada nos postos e hospitais da rede básica de saúde os pacientes pioram e a situação agrava-se. Assim, o hospital de campanha acaba recebendo tanto os pacientes recusados pelos postos de saúde, que demoram muito para atender, e emergências dos hospitais públicos como pessoas que nem estavam mais contando com atendimento médico. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/03/05; Jornal do Brasil – Cidades – 20/03/05; Jornal do Brasil – Cidades – 21/03/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/03/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/03/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/03/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/03/05; O Globo – Rio – 19/03/05; O Globo – Rio – 20/03/05; O Globo – Rio – 21/03/05; O Globo – Rio – 22/03/05; O Globo – Rio – 23/03/05; O Globo – Rio – 25/03/05).

Pesquisa em 23 países indica que 47% querem a presença do Brasil no CS da ONU

Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo noticiaram neste dia 21, que o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, apresentou aos 191 países que compõem a organização, um pacote de reformas que pode provocar o maior número de mudanças na ONU desde sua criação, em 1945. Annan propôs que a inclusão de novos membros no Conselho de Segurança (CS), a revisão das políticas contra a pobreza e o terrorismo sejam vistos como "um pacote único" de mudanças e não como "uma série de opções" para escolha. Muitos analistas viram o relatório de propostas apresentado por Annan como uma tentativa de restaurar a confiança no órgão, abalada por escândalos que envolvem movimentação financeira no Iraque e abuso sexual, por parte dos membros das forças de paz da ONU. Entre as propostas de reforma, a mais polêmica seria a de ampliação do número de membros do Conselho de Segurança, que passaria a ter 24 cadeiras, no lugar das 15 que possui atualmente. Uma pesquisa realizada pela rede britânica de notícias BBC em 23 países revelou que 69% dos 23 mil entrevistados querem a expansão do Conselho

de Segurança da ONU, com a inclusão permanente de países como Alemanha, Brasil, Índia e Japão. A mesma pesquisa revelou que 47% dos entrevistados apóiam a candidatura do Brasil a membro permanente. Segundo a opinião do cientista político Luis Bitencourt, diretor do Projeto Brasil no Woodrow Wilson Center (Washington), divulgada pela Folha, este apoio à candidatura brasileira mostrado na pesquisa reflete o esforço diplomático que o governo vem fazendo para candidatar o país, desde o tempo do presidente Fernando Henrique Cardoso e agora de forma mais explícita com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com O Estado, conseguir um assento permanente no CS, ainda que sem direito a veto, é prioridade absoluta da política externa do atual governo brasileiro. Resultado dessa prioridade foi o pacto firmado entre Brasil, Alemanha e Índia, no ano de 2004, no qual os três países se comprometeram a trabalhar juntos por uma reforma do CS que assegure a representação permanente de seus países. Segundo Bitencourt, a probabilidade de que o Brasil se torne membro do CS da ONU é grande, embora as chances de o Brasil ser aceito com o poder de veto sejam muito pequenas. A pesquisa também mostrou uma nova tendência no comportamento dos argentinos, já que 58% deles apóiam a candidatura do Brasil. Para Bitencourt, a crise enfrentada pela Argentina e a aceitação de que o Brasil seria o candidato natural da região resultaram na mudança da postura argentina em relação aos anos anteriores. O diplomata egípcio Boutros Boutros-Ghali, que foi secretário-geral da ONU entre 1992 e 1996, também defendeu em reportagem publicada pela Folha, a inclusão do Brasil como membro permanente no CS da ONU. De acordo com Boutros, mais importante que ser uma grande potência, é essencial que um país membro do CS mostre “vontade política e disposição” para se envolver em temas internacionais e, para ele, o Brasil tem cumprido tais pré-requisitos. (Folha de S. Paulo – Mundo – 21/03/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/03/05)

Alencar garante que continuará à frente do Ministério da Defesa

O jornal O Estado de S. Paulo divulgou que o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, em uma entrevista à imprensa do estado de Minas Gerais, afirmou que o atual governo não colocou em prática o discurso adotado na campanha eleitoral, especialmente no tocante ao rompimento com as práticas econômicas adotadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Apesar das críticas, Alencar garantiu que continuará a contribuir com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive mantendo-se à frente do Ministério da Defesa, cargo que chegou a pensar em abandonar semanas atrás, dizendo que não tinha perfil para a pasta. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/03/05).

Haitianos convocam guerrilha contra ONU

O jornal Folha de S. Paulo noticiou que ex-militares haitianos convocaram uma guerrilha contra as forças da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). O comandante da missão de paz, o general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, disse que desconhece a convocação e que é preciso distinguir os verdadeiros ex-militares dos que se agregaram ao movimento com outras intenções. O secretário-geral da Frente para a Reconstrução Nacional do Haiti,

Guy Philippe, disse a O Estado de S.Paulo que os ex-militares haitianos não têm armas nem capacidade para lançar um movimento de guerrilha contra as forças das Nações Unidas no país. De acordo com o jornal O Globo, dois confrontos distintos no domingo, que tinham o objetivo de retomar delegacias ocupadas por rebeldes resultaram na morte de dois soldados da força de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. Os militares mortos eram do Sri Lanka e do Nepal, nenhum brasileiro ficou ferido. São as primeiras baixas dos capacetes azuis desde que a missão começou. Segundo o jornal, após a retomada das delegacias, o líder dos ex-militares Joseph Jean-Baptiste afirmou que a missão é uma força de guerra e não de paz; e pediu que os ex-militares se infiltrem entre os civis para se defenderem das tropas da ONU. Guy Philippe disse que o apelo de Baptiste não é um movimento sério. Ele elogiou também a atuação do general Heleno no país. O presidente do Conselho de Segurança, o brasileiro Ronaldo Sardenberg, condenou os rebeldes e elogiou a missão, que continuará suas operações contra instalações policiais e prédios do governo que forem invadidos pelos rebeldes. (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/03/05; O Globo – Mundo – 22/03/05).

Rumsfeld visita Brasil

Durante a passagem pelo Brasil, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, afirmou que o governo norte-americano está preocupado com a compra de 100 mil fuzis russos AK-47 pelo governo da Venezuela, informou o Jornal do Brasil. Para o secretário, a compra afetará a estabilidade no continente. O jornal relatou ainda que o papel do Brasil na estabilidade política da América Latina e as possibilidades de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos no combate ao narcotráfico e ao terrorismo foram os principais assuntos tratados entre Rumsfeld e o vice-presidente e ministro da Defesa brasileiro, José Alencar. Acerca da compra de armas, Alencar apenas disse que o Brasil defende a autodeterminação dos povos e a não intervenção em assuntos internos. O jornal O Globo afirmou que dois assuntos são considerados prioritários para o presidente dos EUA George W. Bush: a cooperação tecnológica entre os dois países no setor de Defesa; e o combate a eventuais vínculos entre o crime organizado, os narcotraficantes e os terroristas internacionais. O secretário negou a informação veiculada pela imprensa argentina de que o governo norte-americano estaria estudando a possibilidade de monitorar o espaço aéreo da Argentina. Quanto à atuação na missão de paz no Haiti, Rumsfeld elogiou o desempenho do Brasil. Ele ainda sugeriu a assinatura de um acordo geral de cooperação na área de Defesa entre os Estados Unidos e o Brasil, mas a proposta não obteve resposta do governo brasileiro, segundo O Estado de S. Paulo. De acordo com O Globo, a visita do secretário ao país tem por finalidade abrir caminho para negociações que o governo deverá fazer para comprar radares para o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/03/05; Folha de S. Paulo – Mundo – 24/03/05; Jornal do Brasil – Internacional – 24/03/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/03/05; O Globo – O País – 22/03/05; O Globo – O Mundo – 24/03/05).

Estado indeniza ex-presos políticos

De acordo com o jornal O Globo, o governo do Rio de Janeiro concedeu mais 50 indenizações para ex-presos políticos que foram torturados entre abril de 1964 e agosto de 1979. As primeiras indenizações foram pagas em dezembro do ano passado, quando 40 pessoas receberam R\$20 mil. Foram deferidos 165 pedidos até dezembro e cerca de mil processos ainda estão sob análise da Comissão Especial de Reparação, criada pela governadora Rosinha Garotinho. (O Globo – Rio – 22/03/05).

Alencar hesita em classificar Farcs como grupo terrorista

De acordo com O Estado de S. Paulo, durante a visita do secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, o vice-presidente e ministro da Defesa brasileiro, José Alencar, hesitou em rotular as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farcs) como grupo terrorista. Alencar limitou-se a dizer que nos casos em que o crime é utilizado para obter recursos ele deve ser combatido e que o Brasil não pode amparar o crime. (Folha de S. Paulo – Mundo – 24/03/05; Jornal do Brasil – Internacional – 24/03/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/03/05; O Globo – O Mundo – 24/03/05).

Estados Unidos querem retomar negociações para uso da Base de Alcântara

De acordo com O Estado de S. Paulo, o governo norte-americano retomou seu pedido de negociação do acordo de salvaguardas tecnológicas para a utilização da Base de Lançamentos de Satélites de Alcântara, no estado do Maranhão. O acordo, assinado em 2000, está engavetado. O jornal acredita que os Estados Unidos estariam propensos a aceitar um nível de concessões similar ao aceito pela Ucrânia para o uso da base, firmado em novembro passado. Ainda assim, estima-se que o país não abrirá mão da restrição do acesso a brasileiros nas instalações norte-americanas no local. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/03/05).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo integral de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão on line. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

****O Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.**